

**LUTA DO STAL
DÁ RESULTADOS**

FINANCIAMENTO AOS SERVIÇOS SOCIAIS DEVE SER RETOMADO

GOVERNO FINALMENTE RECONHECE

Foi publicado em 25 de Janeiro o diploma governamental que regulamenta as transferências financeiras das autarquias locais para os serviços sociais (Decreto-lei 13/2011), embora ainda com diversas matérias que nos merecem reserva e para as quais iremos continuar a exigir solução.

Este diploma, que nos merece ainda diversas reservas, vem no seguimento de um intenso processo de luta levado a cabo pelo STAL, os trabalhadores e representantes de CCD'S, Casas de Pessoal e outras organizações similares.

O STAL saúda por isso a luta dos trabalhadores e de todas as organizações envolvidas e declara que continuará a bater-se por todos os meios para que sejam acauteladas de forma definitiva e inequívoca as transferências das autarquias para estas instituições, pelo que irá desenvolver uma ronda de contactos com os grupos parlamentares na Assembleia da República.

Desde já fica claro que a partir da publicação deste diploma não existem mais motivos para que as autarquias inviabilizem ou justifiquem pelas piores razões a cedência das verbas para os Serviços Sociais dos Trabalhadores.

LUTA COM RESULTADOS

O STAL não pode deixar de lembrar que a publicação deste diploma vem no seguimento de um intenso processo de luta que com os trabalhadores e responsáveis destas organizações temos vindo a levar a cabo.

Particularmente lembramos a Petição entregue na Assembleia da República, que motivou debate parlamentar e o apoio de todos os partidos às nossas reivindicações. Nesse sentido o Sindicato reuniu aliás com todos os grupos parlamentares.

Também dignos de destaque são os dois encontros que realizámos com CCD'S, Casas de Pessoal e outras organizações de carácter social dos trabalhadores das autarquias locais, bem como uma concentração junto à Assembleia da República.

Sendo certo que o resultado final deste diploma nos merece ainda sérias reservas, afastando-se aliás daquilo que foi a posição comum a todos os grupos parlamentares, é importante frisar que a salvaguarda das transferências financeiras foi conseguida e é o resultado da luta dos trabalhadores e do STAL.



CGTP
Intersindical Nacional

DIS/Nº1/JAN 2011

TRANSFERÊNCIAS GARANTIDAS

Procede assim o Governo à «Regulamentação das transferências para a concessão de benefícios sociais no âmbito das autarquias locais», garantindo que as transferências financeiras das autarquias para estas organizações possam ser mantidas.

No entanto, apesar de terem sido ligeiramente atenuadas algumas reservas que oportunamente suscitámos, o diploma fica longe de corresponder às nossas expectativas, nomeadamente porque impõe que o “somatório dos financiamentos públicos, incluindo as transferências, fique abaixo do limite previsto no presente diploma, ou seja, não exceda os 3,5% do somatório das remunerações e pensões, respectivamente, dos trabalhadores e aposentados inscritos na instituição beneficiária da transferência.

E é exactamente sobre este limite que continuamos a manifestar sérias reservas, pois se em diversas organizações o problema não se coloca, noutras poderá pôr em causa o seu funcionamento efectivo.

Por outro lado, diz o diploma que este regime deve ser revisto até 31/12/12, com o objectivo principal de proceder à eliminação da cumulação de prestações, preceito que denuncia uma clara intenção de num futuro próximo voltar a ser posto em causa este direito dos trabalhadores das autarquias.

Salienta-se, ainda, que as transferências em causa só podem ser efectuadas para instituições com personalidade jurídica, legalmente constituídas, incluindo também as que, não tendo personalidade jurídica, são abrangidas pelo Código Civil.

CONTINUAR O COMBATE

O STAL considera que a regulamentação promovida por este diploma é provisória, tendencialmente a vigorar até final de 2012, pelo que o objectivo final do governo é manifestamente pôr termo a este tipo de apoios e eliminar estas relevantes formas de associativismo.

Por isso consideramos que é fundamental continuar a lutar pelas mais diversas formas para que definitivamente e sem qualquer margem para dúvidas sejam salvaguardadas as transferências financeiras das autarquias locais para os CCD'S, Casas de Pessoal e outras organizações destinadas aos benefícios sociais dos trabalhadores.

Nesse sentido iremos desenvolver diversas iniciativas, nomeadamente junto da Assembleia da República para que este órgão de soberania aprecie o presente diploma e, dando aliás corpo ao que foi o compromisso dos vários grupos parlamentares, promova uma regulamentação mais consentânea com os interesses dos trabalhadores.

Pelos direitos
dos trabalhadores

Pelos benefícios sociais

Vale a pena lutar,
vamos continuar a lutar

Contigo somos mais fortes
Sindicaliza-te!